



MANIFESTO CONTRA O TRÁFICO DE PESSOAS

As vítimas do tráfico de pessoas estão amparadas pelos direitos humanos.

10 de dezembro de 2024

O crime de tráfico de pessoas, fenômeno social global nos diversos setores econômicos ilícitos e mais lucrativos, vitimiza e transtorna severamente a dignidade de milhões de seres humanos, especialmente mulheres, meninas e meninos, violando todos os seus direitos. Todos os países são afetados pelo Tráfico de Pessoas e pela Migração Forçada, seja como país de origem, trânsito, destino e/ou retorno das vítimas. Os traficantes, cada vez mais organizados, exploram mais vítimas, com mais violência e por mais tempo. É preciso reconhecer o tráfico de pessoas em sua real dimensão se pretendemos caminhar para sua erradicação.

Os vínculos entre os direitos humanos e a luta contra o tráfico de pessoas estão firmemente estabelecidos nos tratados e convenções internacionais. Os Direitos Humanos proclamam de forma inequívoca que é fundamentalmente imoral e ilícito que alguém se aproprie da personalidade jurídica, do trabalho ou da humanidade de outra pessoa. Condenam e proíbem a discriminação, a detenção arbitrária, o trabalho forçado, a servidão por dívidas, o casamento forçado e a exploração sexual de mulheres, meninas e meninos, e defendem a circulação e o direito de sair livremente do próprio país e de retornar a ele. A obrigação primeira e mais imediata do Estado é proteger as vítimas do tráfico de uma nova exploração e de danos maiores nas mãos de quem já as explorou ou de qualquer outra pessoa. "Não existe tráfico consentido".

Além disso, é crucial reconhecer que a mudança climática intensifica as vulnerabilidades e desigualdades que alimentam o tráfico de pessoas, forçando o deslocamento de populações, aumentando a instabilidade social e econômica, especialmente em regiões já afetadas por conflitos, pobreza e fragilidade institucional.

O tráfico de pessoas vinculado à mudança climática se manifesta de diversas maneiras, incluindo o trabalho forçado em setores como a agricultura e a mineração, a exploração sexual e a servidão doméstica. Mulheres e crianças são particularmente afetadas, enfrentando maiores riscos de violência, abuso e exploração. À medida que os impactos da mudança climática se intensificam, a comunidade internacional precisa reconhecer e abordar a complexa relação entre a crise climática e o tráfico de pessoas, fortalecendo a resiliência das comunidades, promovendo o desenvolvimento sustentável e garantindo a proteção dos direitos humanos para todos.

Para acabar com o tráfico de pessoas, precisamos reforçar a resistência e a indiferença contra a exploração e os problemas socioeconômicos e culturais mencionados acima, sensibilizar todo o mundo sobre esta crua realidade e direcionar assim a atenção para aqueles que têm o compromisso e a obrigação de fazer a diferença em termos de mudança de políticas e gestão de recursos nacionais para intensificar as medidas de prevenção, aumentar o apoio aos sobreviventes e acabar com a impunidade. É urgente que os Estados:

- Fortaleçam seus esforços para superar o enfoque punitivo atual e evoluir para enfoques preventivos e sistêmicos centrados na vítima, promovendo campanhas de formação e informação;
- Promovam políticas e serviços de saúde integrais para as vítimas de tráfico e lhes outorguem a devida reparação, particularmente entre populações vulneráveis, como migrantes e refugiados, mulheres, indígenas e crianças trabalhadoras, entre outros.

As Redes de Talitha Kum e a Comissão CLAR contra o tráfico de pessoas denunciam a mercantilização e exploração das pessoas em todas as suas modalidades e não podemos permitir que seja aceita ou normalizada.

Comprometemo-nos a continuar criando consciência da dimensão místico-profética para incidir socialmente, denunciando e visibilizando o crime do tráfico e das injustas medidas migratórias; avançar no cuidado e proteção das pessoas em risco, migrantes, vítimas e sobreviventes do Tráfico de Pessoas; exigir aos Estados que cumpram seus compromissos; continuar ouvindo os clamores das vítimas e respondendo a eles com o olhar misericordioso de Deus, que se compromete com seu povo escravizado e oprimido e que se opõe a tudo que tira a vida (Ex 3); olhar a realidade com os olhos da fé e anunciar o Evangelho da libertação; continuar acompanhando o caminhar dos processos dos migrantes e das vítimas do tráfico, que se nutre de seus esforços resilientes, suas conquistas, suas orações e suas alegrias; e avançar sinodalmente, trabalhando em redes e apoiando-nos, pois compreendemos que o Reino é uma conquista comunitária.

Como Igreja sinodal, chamamos os Governos, Organizações e a Sociedade Civil a caminhar juntos para transformar a cadeia de exploração em cadeia de esperança para milhões de irmãos e irmãs que sofrem exploração. Convidamos a "permanecer com os olhos abertos para reconhecer os processos que levam milhões de pessoas, especialmente jovens, a cair nas redes de tráfico para serem brutalmente exploradas. Manter o coração aberto para descobrir e apoiar os caminhos cotidianos para a liberdade e a dignidade. Caminhar com a esperança nos pés para promover ações contra o tráfico. Apoiar-nos mutuamente para construir uma cultura do encontro, capaz de proteger os direitos e a dignidade de cada pessoa".

E porque nos move a dor de nossos irmãos e irmãs, e porque queremos continuar narrando histórias de redenção, é tempo de caminhar com ternura e coragem para despertar o mundo, atrever-nos a atravessar a noite e caminhar confiantemente na Mão de Nosso Deus.

